

**PODER LEGISLATIVO**  
**CÂMARA MUNICIPAL DE ORIXIMINÁ**

Ata da Segunda Sessão Ordinária do  
8º Período Ordinário da 18ª  
Legislatura da Câmara Municipal de  
Oriximiná.

Ao onze dia do mês de agosto do ano dois mil e vinte, no Plenário Lucelindo Farias Tavares da Câmara Municipal de Oriximiná, sob a Presidência do vereador Joanyr da Rocha Estumano, teve lugar a Sessão. Feita a chamada verificou-se a presença das vereadoras e vereadores: Carmela Lucia Teixeira da Costa, Joseane de Oliveira Seixas, Ana Cleyde Tavares Batista Filha, Francisco Azevedo Pereira, Raimundo Tomé de Oliveira Wanzeler, Marta Monteiro Godinho e José Maria Calderaro Filho Edivaldo Jorge Castro de Souza, Ivalter Barbosa Cardoso Filho, Manoel José da Cruz Malcher, Rafael Tavares Costa e Marcelo Augusto Andrade Sarubbi. Ausentes os vereadores: Arnaldo de Oliveira Gemaque e Antonio Odinélio Tavares da Silva Junior, este último com ausência justificada, por se encontrar devidamente licenciado. Constatando haver número legal à hora regimental, o Sr. Presidente “Sob a Proteção de Deus e em nome do povo oriximinaense” declarou aberta a Sessão, solicitando ao 2º Secretário que procedesse a leitura da Ata da última Sessão realizada na Casa, a qual lida, submetida a discussão e posterior votação, foi aprovada por unanimidade. Ato contínuo, o Sr. Presidente solicitou a 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias agendadas para o expediente, da qual constou do seguinte: Indicação da vereadora Marta Godinho, Indicando ao Prefeito Municipal que estude a possibilidade de criar o Programa Internet Rural, para que moradores da zona rural possam ter acesso a rede mundial de computadores conforme modelo em anexo do Projeto de Lei; Projeto de Lei nº 031/20, de autoria da vereadora Marta Godinho, que Estabelece as Igrejas e os Templos de qualquer culto como atividade essencial em Períodos de Calamidade Pública; Projeto de Lei nº 033/20, que dispõe sobre autorização legislativa para desapropriação por utilidade pública, de bem imóvel particular; Ofícios nrs 166 e 169/20, recebidos do Prefeito Municipal; Ofício nº 265/20, recebido do Secretário Municipal de Agricultura. Terminada a leitura do expediente, o Sr. Presidente facultou a palavra as Senhoras e aos Senhores vereadores. Com a palavra a vereadora Josy Seixas, após saudar os presente solicitou a Mesa Diretora da Casa que seja encaminhada Moção de Aplausos a direção da Escola Municipal Professor Assunção, pelo trabalho incansável, mesmo durante a pandemia, não desistiram de lutar pela realização da reforma daquele educandário, inclusive foi uma obra de qualidade, que hoje podemos considerar que a Escola Professor Assunção é uma escola modelo no município de Oriximiná. Continuando a nobre vereador falou sobre importância de buscar para este Poder a

carteira de identidade digital assim como já tem da carteira de trabalho, uma vez que esse serviço é prestado através do CAC. Ainda com a palavra a vereadora Josy Seixas disse que esteve visitando várias comunidades rurais do nosso município, onde observou a grande dificuldade que muitos moradores enfrentam em obter água potável. Portanto devemos buscar junto ao governo federal os programas sobre a água e luz, para que chegue a zona rural de Oriximiná. Não mais havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente colocou à disposição dos Líderes Partidários. Fez uso da palavra o vereador Arnaldo Gemaque, solicitando a Mesa Diretora da Casa, que seja oficiado a secretária da SEMDURB, solicitando providencias no sentido de fazer a recuperação do meio fio no trecho da rua Barão do Rio Branco entre o hospital municipal e a travessa João Gato, que se encontra em precárias condições de trafegabilidade, inclusive já causou acidentes. A seguir fez uso da palavra o vereador Zequinha Calderaro, primeiramente manifestou sua satisfação de volta as sessões presenciais deste Parlamento, ressaltando que no período em que a pandemia estava mais grave em Oriximiná os trabalhos deste Poder continuaram através de sessões remotas. Lembrou o Edil do Projeto de Lei, aprovado por este Poder, de autoria de todos os vereadores, que cria o fundo municipal de combate a COVID-19, como também foi aprovado um outro Projeto oriundo do Executivo Municipal da mesma natureza, sendo que o Prefeito vetou parcialmente o artigo 2º do projeto de autoria deste Poder, por conta da pandemia o veto não foi apreciado pelos vereadores no tempo hábil, ou seja, vai ser mantido o veto. Agora é preciso que o prefeito baixe a lei, retirando o artigo 2º, permanecendo os demais artigos. Destacou o Edil o artigo 4º do projeto da Câmara onde determina que o Executivo Municipal prestará contas mensalmente a este Poder da aplicação dos recursos recebidos para o combate do COVID-19, Artigo esse que não consta na lei do projeto oriundo do Executivo Municipal. Diante o exposto, o nobre vereador solicitou a Mesa Diretora da Casa que seja oficiado ao Prefeito municipal solicitando a seguinte informação: qual o motivo/interesse pelo qual o Poder Executivo não sancionou de forma tácita o Projeto de Lei nº 007/20, com o veto apostado no seu artigo 2º, não deliberado por esta Casa, ficando mantido o restante dos artigos do projeto na forma como foi aprovado. Acrescentou ainda o nobre vereador que seria viável a divulgação por parte do Prefeito Municipal divulgar nos meios de comunicação todos os recursos recebidos e as despesas no combate ao COVID-19, para conhecimento da população, inclusive solicitou anteriormente essa prestação de contas e não obteve nenhuma resposta. Assegurou ainda o vereador Zequinha que caso contrário vai convocar a secretária de saúde para vir a este Poder esclarecer este assunto, uma vez que a mesma é ordenadora de despesas da área da saúde. Finalizou o nobre vereador manifestando seu repúdio sobre essa situação. A seguir fez uso da palavra a vereadora Josy Seixas, após ter sido concedido a hora da liderança do PL pelo vereador Quinho. Com a

palavra a nobre vereadora congratulou-se com o vereador Zequinha, no que diz respeito a divulgação dos recursos recebidos e despesas para o combate ao COVID-19, para conhecimento da nossa população. Continuando a nobre vereadora reportou-se sobre o projeto de lei que foi aprovado neste Poder concedendo 40% de insalubridade aos servidores da área da saúde e da assistência social, que gerou inúmeros questionamentos, haja visto que muitos servidores entenderam que só era para os que estavam na área de risco, ou seja, os profissionais do hospital municipal, onde tratavam os pacientes com COVID-19, sendo que para chegar esses paciente até o hospital eles passam pelas UBS's. Portanto entendemos que o percentual era para todos os profissionais e demais servidores da área de saúde, tanto das UBS's como do hospital municipal. Lembrou ainda a nobre vereador que por ocasião da discussão do referido Projeto de Lei, sugeriu que fosse inserido os servidores da segurança pública, mais infelizmente não poderia por força de lei. Em aparte o vereador Zequinha, disse que realmente o referido projeto de lei aprovado neste Poder que concedia 40% de insalubridade aos servidores da área da saúde e de assistência social, gerou vários questionamentos, porque só iriam receber os que trabalhavam no hospital municipal, onde era considerado os maiores risco de contaminação do vírus. Mas o projeto em seus artigos abrange todos os servidores e profissionais da saúde, portanto todos tem o direito de receber os 40% de insalubridade. Em aparte o vereador Arnaldo Gemaque disse que realmente o referido projeto de lei, gerou inúmeros questionamentos, pincipalmente na área de odontologia, que também trabalha com pacientes contaminados pelo coronavírus. Agora é preciso que o Gestor Municipal coloque com clareza essa questões, para que não venha recair a culpa sobre este Poder. Continuando a vereadora Josy Seixas, disse que no seu entendimento todos os profissionais e demais servidores da área de saúde estão na linha de frente do combate ao COVID-19, portanto devem receber os 40% de insalubridade. Espera que o Executivo tenha revisto essa situação. A seguir fez uso da palavra a vereadora Marta Godinho, após fazer suas saudações, reportou-se sobre o Projeto de Lei que apresentou nesta sessão, que Estabelece as Igrejas e os Templos de qualquer culto como atividade essencial em Períodos de Calamidade Pública. Justificando que o intuito é garantir a população oriximinaense o apoio necessário no que diz respeito ao auxilio através de assistência psicológica e espiritual, bem como na orientação sobre as ações governamentais. Espera contar com o apoio dos nobres vereadores na aprovação do referido Projeto de Lei. Continuando a nobre vereadora falou da Indicação que apresentou nesta sessão, indicando ao Prefeito Municipal que estude a possibilidade de criar o Programa Internet Rural, para que moradores da zona rural possam ter aceso a rede mundial de computadores, em anexo modelo do Projeto de Lei. Falou da importância da internet na zona rural em Oriximiná, em todos os aspectos, principalmente nas comunidades mais distantes da sede do município. Em parte a

vereadora Josy Seixas, disse ser válida a iniciativa da vereadora Marta, agora é preciso que este serviço esteja inserido no PPA, na LDO e no orçamento do municipal. Agora o Executivo Municipal pode buscar alternativas junto ao governo federal, através dos programas sociais federais. Lembrou a nobre vereadora do programa luz para todos, que já foi solicitado inúmeras vezes por este Poder, mais ainda Oriximiná não foi agraciado em sua totalidade. Portanto é preciso trazer qualidade de vida ao homem do campo, para que ele permaneça no campo. Em aparte o vereador Zequinha, disse ser viável a indicação da vereadora Marta, agora tem poucos meses para o termino do mandato do prefeito, para que possa executar tal solicitação. Continuando o nobre Edil, disse que tem acompanhado de perto o programa luz para todos do governo federal, inclusive já mudou de nome para luz na Amazônia. Disse que apresentou, um plano de vida de 228 famílias, incluindo os quilombolas, mostrando a necessidade dos mesmos obterem o programa luz para todos. Agora não existe internet se não tiver energia, o certo é colocar placas solares. Disse ainda que o deputado federal Ailton Valero está apresentando alterações no programa luz para todos, que cheguei até os quilombolas até 2023 e não 2030, como que o governo federal. Retomando a palavra a vereadora Marta Godinho, disse que no BEC tem internet de qualidade. Então esse serviço deve chegar na outras comunidades rurais do nosso município, ao longo prazo. Em aparte o vereador Arnaldo, disse que no seu ponto de vista, devem dar condições para o cidadão trabalhar e se manter no campo e não ficar dependendo do executivo em todos os aspectos. Em parte o vereador Ivalter Barbosa, disse que a tecnologia é de suma importância na zona rural, agora é preciso que tenha energia de qualidade. Lembrou o Edil que algum tempo atrás, apresentou ao gestor municipal uma empresa que tinha um sistema de energia solar de qualidade, com garantia de 25 anos, mais infelizmente não teve sucesso. Acha que é preciso força de vontade para adquirir tais benefícios a nossa população. Continuando o nobre vereador, disse que apresentou um requerimento solicitando a reforma da escola da Nova Betel, foi contratada uma empresa pelo executivo, que fez a reforma de apenas um pavilhão da escola, ou seja, não fez em sua totalidade, como solicitou no requerimento, o que é revoltante. Em aparte a vereadora Ana Cleyde, parabenizou a vereadora pela brilhante Indicação, até porque é de suma importância a internet, na zona rural do nosso município, inclusive já tem algumas comunidades que tem internet de qualidade. Agora também se faz necessário que o município também estude a possibilidade de buscar parcerias junto a esfera federal, estadual, como também as madeireiras que exploram madeiras de diversas comunidades rurais e não tem uma contra partida, até porque o município não tem condições de atender a grande demanda. Retomando a palavra a vereadora Marta Godinho, disse que tudo de forças políticas para conseguirmos esses serviços em prol da nossa população. Não havendo mais nenhum líder que desejasse fazer uso da palavra, o Sr. Presidente solicitou a

aquiescência do Plenário, para dispensa do Intervalo regimental de quinze minutos. Obtido a aquiescência do Plenário, o Sr. Presidente, passou a Primeira Parte da Ordem do Dia, solicitando a 1ª Secretária que procedesse a leitura das matérias em pauta para discussão e votação. Não havendo matérias para serem discutidas e votadas, o Sr. Presidente passou a Segunda Parte da Ordem do Dia, facultando a palavra aos senhores vereadores. Não havendo nenhum vereador que desejasse fazer uso da palavra o Sr. Presidente agradeceu a presença de todos e “Em nome de Deus”, encerrou a Sessão, marcando outra para amanhã, no horário regimental. Para constar foi lavrada a presente Ata. Eu, \_\_\_\_\_, 2º Secretário, subscrevo a presente ata, que depois de lida e aprovada, vai assinada por mim e pelos demais membros da Mesa.

Presidente

1º Secretário

2º Secretário